



Observatório da Oposição

27 DE NOVEMBRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 30

Com indicação de Dino ao STF, Lula tenta apagar incêndio com gasolina

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

RM

SENADOR ROGÉRIO MARINHO

LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL

ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303-1221

PRIORIDADES DA SEMANA

1

JUSTIÇA E CIDADANIA

2

TRABALHISTA

3

POLÍTICA

4

EDUCAÇÃO

5

MEIO AMBIENTE

SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



JUSTIÇA E CIDADANIA

Com indicação de Dino ao STF, Lula tenta apagar incêndio com gasolina

Presidente dá clara sinalização de que não tem o menor interesse em cumprir sua promessa de pacificar o país e que, no momento, está mais empenhado em ter um “líder do governo” dentro da Suprema Corte, garantindo carta branca para todos os seus atos

Em uma medida que tensiona ainda mais o ambiente institucional do país, o presidente da República anunciou nesta segunda-feira (27) a indicação do atual ministro da Justiça, Flávio Dino, para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). Logo após o anúncio, Lula embarcou em viagem para Arábia Saudita, Catar, Emirados Árabes e Alemanha.



Dino foi indicado para a vaga deixada pela ministra Rosa Weber, que se aposentou no fim de setembro. Ele ainda precisará passar por uma sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e, depois, ter o seu nome aprovado em plenário – a aprovação depende dos votos da maioria absoluta dos senadores, ou seja, pelo menos 41 dos 81.

O nome de Dino estava fragilizado desde a revelação de que seus assessores receberam a mulher do chefe do Comando Vermelho no Amazonas para reuniões dentro do Ministério da Justiça – e com despesas pagas pelo governo.

Sua atuação também foi contestada pela postura do MJ diante das recentes crises de segurança pública enfrentadas por estados como Bahia e Rio de Janeiro e pelos diversos atritos com o Congresso Nacional.

Com a indicação de Dino, Lula dá uma clara sinalização de que não tem o menor interesse em pacificar o país e que, no momento, está mais empenhado em ter um “líder do governo” dentro da Suprema Corte, garantindo carta branca para todos os seus atos.

Depois de emplacar o seu próprio advogado pessoal no STF, o presidente resolveu dobrar a aposta com um nome que torna ainda mais conturbado o ambiente institucional do país: um político de perfil “bélico”, filiado a um partido da base de seu governo, sem a menor capacidade de assumir a postura isenta que o cargo de ministro do Supremo exige.

Trata-se de um enorme retrocesso para a nossa democracia, algo que encontra paralelo somente em regimes como o da Venezuela.

A passagem de Flávio Dino pelo Ministério da Justiça

Crise na segurança pública

Após dizer que não iria comparecer à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) da Câmara dos Deputados, alegando “ameaça à integridade” e “elevado risco de agressões físicas e morais, inclusive com ameaças de uso de arma de fogo”, o ministro Flávio Dino atende à convocação da Comissão de Fiscalização, Finanças e Controle da Câmara em outubro deste ano e, mais uma vez, faz da oportunidade de prestar esclarecimentos sobre as ações da pasta da Justiça e Segurança Pública um grande deboche com a coisa pública.



A segurança pública do país passa pelo pior momento dos últimos cinco anos. Das cinquenta cidades mais violentas do mundo, dez estão no Brasil. Jequié (BA) tem a pior taxa de homicídios por 100 mil habitantes do país. Entre as dez cidades mais violentas, seis estão localizadas na Bahia.

Dino havia faltado pela segunda vez consecutiva a uma convocação da CSPCCO, o que configura crime de responsabilidade. O comparecimento obrigatório de um ministro de Estado, por meio de convocação, está previsto no artigo 50 da Constituição Federal. Segundo o regimento interno da Câmara, cabe à instância responsável pela convocação – neste caso, a CSPCCO – avaliar e aceitar a eventual justificativa apresentada para uma ausência. Caso a justificativa seja rejeitada, o colegiado pode solicitar ao presidente da Câmara a instauração de processo de impeachment. Dino acumula seis pedidos de impeachment em onze meses como ministro do governo Lula.

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



Omissão no 8 de janeiro

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

Dino também foi alvo de questionamentos sobre sua conduta logo após os eventos de desordem em 8 de janeiro. O senador Marcos do Val protocolou um pedido de impeachment do ministro por crime de prevaricação. O senador divulgou um ofício enviado pelo ministro ao governador do Distrito Federal, na véspera dos atos de vandalismo. No documento, encaminhado no sábado (7 de janeiro), Dino alerta o governador que foi informado pela Polícia Federal sobre “intensa movimentação de pessoas que organizavam caravanas de ônibus se deslocando para Brasília, com intenção de promover ações hostis e danos contra prédios públicos na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes”.

Arquivo deletado

Em agosto deste ano, enquanto acontecia a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do 8 de janeiro, senadores e deputados federais impetraram Mandado de Segurança exigindo a entrega das imagens daquele dia, em regime de urgência, junto à Procuradoria Geral da República. Na mesma ocasião, foi apresentada uma representação criminal contra Dino na PGR por prevaricação. Dino, testemunha ocular dos atos de 8 de janeiro e protagonista na gestão da focrise gerada pelos atos daquele dia, simplesmente disse que as imagens do 8 de janeiro foram apagadas pela prestadora de serviço, responsável pelos registros daquele dia. Beira a insanidade tal justificativa.



Caso Odebrecht

Também em agosto, 51 parlamentares assinaram uma representação criminal à PGR, pedindo que fosse aberta uma investigação contra o ministro da Justiça e a diretora do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), Carolina Yumi, por crime de falsidade ideológica ao terem suprimido informações juridicamente relevantes em documento enviado pelo MJ ao STF sobre o acordo de cooperação jurídica entre Brasil e Suíça para o compartilhamento de dados que comprovaram a corrupção na construtora Odebrecht.

Dama do Tráfico

Em recente episódio envolvendo o Ministério da Justiça e membros do Comando Vermelho, o senador Flávio Bolsonaro enviou à PGR uma representação contra Dino, pedindo o seu imediato afastamento. Flávio Bolsonaro pediu à PGR que investigue o ministro por crime de responsabilidade, prevaricação e “condescendência criminosa”. Na ocasião, a “dama do tráfico amazonense”, esteve em duas audiências com dois secretários e dois diretores do MJ. Os encontros ocorreram num período de dois meses e o nome da “dama” não consta nas agendas oficiais, assim violando claramente os princípios da publicidade e transparência.



O Antagonista

Regulação da internet

O ministro da Justiça também tem buscado protagonismo no ativismo político. Dino participou de muitas palestras e “lives” ao longo do primeiro semestre, para interagir e conquistar a confiança da base do presidente Lula. Um dos assuntos mais comentados por Dino durante esses eventos foi sobre o “PL das Fake News”. A postura do ministro da Justiça frente à liberdade de expressão causou desconforto entre as principais plataformas digitais que operam no Brasil. O ministro Alexandre de Moraes também “encabeça” esse mesmo movimento, que busca a regulação das redes sociais.

A oposição argumenta que o referido “PL da Censura” está eivado de análises subjetivas, ferindo a liberdade de expressão e manifestação, garantidas pela Constituição Federal.

Por vezes, o próprio ministro Dino usou “fake news” e dados de laboratório de ativismo político de esquerda (*Netlab*), que funciona com recursos públicos dentro da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para defender punição as “big techs”. Dino também compartilhou postagens do grupo de ativismo político *Sleeping Giants Brasil*. Tais ações garantiram por vezes ao próprio Dino o selo de “fake news” em seus posts nas redes sociais.

“É tarefa democrática e fundamental enfrentar o poder de quatro ou cinco empresas que mandam na internet e estão veiculando extremismo e ódio”, disse Dino referindo-se às big techs como Google, Meta, TikTok e Telegram, durante a abertura do 59º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Lacração

Em todas as aparições de Flavio Dino no Congresso Nacional como ministro da Justiça, o deboche foi a ferramenta principal utilizada pelo ex-magistrado e ex-governador. Chamado de ministro “lacrador” pela militância do presidente Lula, Dino abusou nas respostas dadas a perguntas técnicas dos senadores da oposição. Ainda assim, todas as omissões e prevaricações gravíssimas que se acumularam nas costas do ministro ao longo do ano não o desqualificaram (na avaliação de Lula) para a vaga de Rosa Weber na Suprema Corte. Dino segue exatamente a mesma conduta do seu atual chefe, o presidente.



Repercussão

“A indicação do Dino para o STF por Lula é uma afronta sem precedentes para a sociedade brasileira. O Congresso Nacional está sendo vilipendiado dia após dia pelo ministro da Justiça que, além de não comparecer a muitas sessões no Congresso, especialmente na Comissão de Segurança Pública da Câmara, ele sabotou, de todas as formas, a CPMI dos atos do dia 8 de janeiro”.



Senador Eduardo Girão (Novo-CE)



“O indicado de Lula para o STF é o ministro Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil. Vejam este vídeo. Qual lado vocês acham que ele quer excluir do debate público? Durante 30 anos, eles dominaram o cenário político sem oposição de verdade para debater ou fazer contraponto. Agora, que temos voz e representação, enfrentamos tentativas de sermos silenciados. O Senado está preparado para enfrentar mais esse desafio. Já rejeitamos uma indicação de Lula anteriormente e, confiando em Deus, rejeitaremos esta também”.

Senador Magno Malta (PL-ES)

“Lula quer Flávio Dino no STF e os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes querem Paulo Gonet na PGR. A parceria, ‘paralela’, é a resposta para as pesquisas de opinião pública que apontam insatisfação com o STF?”

Senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS)



“Sonhar não custa nada! Vem Dino, vem! Será o primeiro indicado ao STF a ser REJEITADO! Vai ser lindo!”

Senador Jorge Seif Junior (PL-RJ)

“Alguns entenderam o voto favorável da base do governo à PEC 8, que limita poderes do STF, como um gesto para a oposição. Claro que não! Foi uma ameaça ao STF para que os supremos “aceitem” a indicação do Dino. Tá explicado. Eles sempre jogam com a chantagem.”

Senador Carlos Portinho (PL-RJ)



EVAIR DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



“Dino era magistrado e virou político. Agora quer voltar à magistratura? Será capaz de agir de forma justa, imparcial e diligente?”

Senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS)

“É um descaramento e um absurdo indicar Flávio Dino para o STF. A Suprema Corte precisa de pessoas comprometidas e técnicas, não de um profissional político que vai usar todos os seus poderes para proteger os esquemas do PT e dos amigos, além de fazer avançar as pautas da esquerda, como aborto e legalização de drogas. Essa dupla, Lula e Dino, é a verdadeira ameaça à nossa democracia. O STF não pode ser um órgão político, a Corte dos amigos. Isso é inadmissível numa democracia. Lula indicar um AMIGO extremamente íntimo é um atrevimento gigantesco com o Congresso Nacional e com o Brasil. Cobre o seu parlamentar para que esse absurdo não passe no Senado!”

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



“Ao escolher um nome tão intrinsecamente ligado a um espectro político ideológico, o governo não apenas desrespeita a essência da imparcialidade judicial, mas também sinaliza um desprezo preocupante pela estabilidade e harmonia nacional. A indicação de Flávio Dino é um espelho do acirramento e da divisão promovida pelo PT no país, uma decisão que politiza e diminui o STF.”

Senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da Oposição no Senado

Vitória do Brasil: oposição no Senado lidera aprovação de PEC que limita superpoderes do STF

Entre outras mudanças, texto impede que decisões monocráticas suspendam leis aprovadas pelo Congresso e sancionadas pela Presidência da República

De autoria do Senador Oriovisto Guimarães (Podemos/PR), a Proposta de Emenda à Constituição(PEC) 08/2021 foi aprovada na última semana pelo Senado Federal. Um avanço e tanto para o “sistema de freios e contrapesos” que rege a nossa República, já que a referida PEC proíbe que decisões monocráticas vindas do Poder Judiciário suspendam leis aprovadas pelo Poder Legislativo ou atos do Poder Executivo. A exceção é para os casos de grave urgência ou perigo de dano irreparável durante o recesso do Poder Judiciário.

EVAIR DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



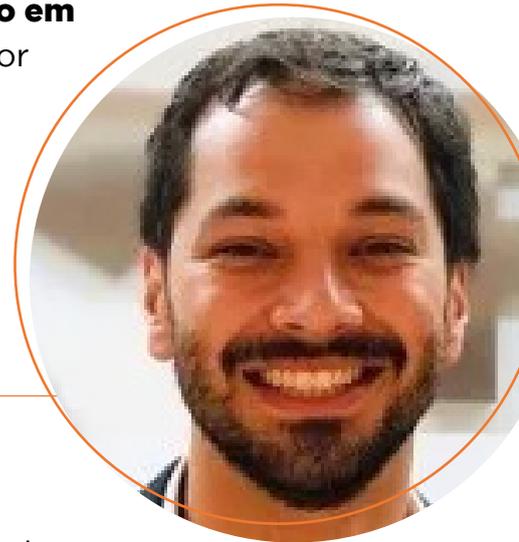
Agência Senado

Em termos gerais, juristas avaliam positivamente o texto da PEC:



“**Pertinente e constitucional.** Ela estabelece regras muito claras para a concessão de medidas cautelares, não excluindo a possibilidade de as cautelares serem concedidas monocraticamente em regime de plantão, mas com a obrigatoriedade de sua submissão ao plenário em um tempo razoável”, **Nabor Bulhões**, representante da OAB.

“**Pode estabelecer um contrapeso em relação ao Judiciário.** É a melhor resposta produzida até aqui, uma vez que limita o poder monocrático dos ministros do STF, mas sem reduzir a sua autoridade. Além disso, a PEC regula o pedido de vista, impedindo que ele se transforme no famoso “perdido de vista”, e aprimora a gestão de tempo dos julgamentos”, **Miguel Godoy**, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.



Para o autor, a PEC aprovada visa impedir “superpoderes” de um único ministro do Supremo Tribunal Federal que hoje pode, sozinho, suspender a eficácia de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. O texto foi aprovado em dois turnos com o mesmo placar: 52 votos a favor e 18 votos contra.

Mesmo o governo Lula tentando demonstrar desinteresse pelo tema, sabe-se que o Palácio do Planalto apresentou desconforto com o placar da votação no plenário e também acabou por ser cobrado pelos próprios ministros do STF por não terem “entrado na briga”. O estopim do desarranjo causado pelo Planalto ao STF parece mesmo ter sido o voto favorável à PEC do líder do governo no Senado, senador Jaques Wagner (PT/BA).

A jornalista Eliane Cantanhêde surgiu com informações ainda mais delicadas sobre a falta de empenho do governo Lula em barrar a aprovação desta PEC. O voto contrário aos interesses do STF foi taxado por ministros da corte suprema como “traição rasteira”, segundo Cantanhêde. A colunista garante que al-



Agência Senado

guns magistrados do STF disseram que “Wagner precisa renunciar à liderança, senão acabou a interlocução com o STF.”

O fato é gravíssimo e os efeitos colaterais se acumularam nos últimos dias. Na última quinta-feira, ministros do STF comentaram sobre o fato na abertura da sessão. O decano do STF, **ministro Gilmar Mendes** afirmou que a PEC 08 é uma “ameaça” ao Judiciário. Mendes também afirmou que esta Casa (STF) não é composta por covardes. Esta Casa não é composta por medrosos”.



O **ministro Alexandre de Moraes** seguiu na mesma linha de raciocínio do ministro Gilmar Mendes. “Essa Corte não se compõe de covardes e nem de medrosos. A Constituição garantiu a independência do poder Judiciário proibindo qualquer alteração constitucional que desrespeite essa independência e desrespeite a separação de poderes”, discursou Moraes. O ministro afirmou que o direito do Senado de legislar não pode se converter em intimidações ao STF.



O **ministro Luís Roberto Barroso**, presidente do STF, também discursou sobre a aprovação da PEC 08. Barroso afirmou que o tribunal “resistiu aos atos

de 8 de janeiro” e que agora “vê com preocupação os avanços legislativos” em sua atuação. “Não há constitucionalidade que resista se cada setor que se sentir contrariado por decisões do tribunal quiser mudar a estrutura e o funcionamento da Corte. Não se sacrificam instituições no altar das conveniências políticas”, disse o ministro no plenário do STF na última quinta-feira. Há exatos sete anos, Barroso defendeu, em artigo publicado, que “a crítica ao excesso de decisões monocráticas é procedente” e ainda defendeu “um pacto para que qualquer questão institucionalmente relevante seja decidida colegiadamente”. O artigo de outrora contradiz totalmente a atual postura do presidente da corte suprema. Segundo registros do acervo processual do STF, entre 2021 e 2023, Barroso foi o **terceiro magistrado que mais emitiu decisões monocráticas. Foram 850 até o momento.**



Vale lembrar também a fala do decano da Corte, Gilmar Mendes, dita em outubro deste ano, em Paris, durante o Fórum Internacional do Grupo Esfera. Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, e do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, também estiveram presentes ao evento.

“Muitos dos personagens (políticos) que hoje estão aqui, de todos os quadrantes políticos, só estão porque o Supremo enfrentou a Lava Jato. Do contrário, eles não estariam aqui, inclusive o Presidente da República (Lula). Portanto, é preciso compreender que papel o tribunal jogou”, declarou o magistrado. Mendes não poupou a Operação Lava-Jato, a maior iniciativa de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história do Brasil. “Nós estávamos ordenando, em nome do combate à corrupção, um modelo totalitário de Estado”, disse Mendes ao se referir à famosa operação. De acordo com o acervo processual do STF, entre 2021 e 2023, o ministro Gilmar Mendes foi **o magistrado que mais emitiu decisões monocráticas (1.287) na corte suprema brasileira.**

A aprovação expressiva da PEC no Senado (52 votos a favor) foi resultado de um grande esforço da oposição na Casa e também do forte apelo à causa nas bases eleitorais. Partidos da base do governo Lula, como PSB, MDB, PSD e PDT ficaram “rachados” na questão e metade dos seus senadores acompanharam a oposição. Os Partidos União Brasil e PP, que também possuem ministérios dentro do governo Lula, contrariaram o Planalto e fecharam questão sobre a matéria.

Após as duras falas dos ministros do STF, contrárias à aprovação da PEC 08, o Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco disse que foi “agredido” por ministros do STF de forma gratuita. Pacheco afirmou que o Senado, assim como o STF, também possui “coragem cívica” e compromisso com o país.

Fato é que o Senado Federal, ao aprovar a PEC 08, promove um necessário aprimoramento da legislação e da própria Constituição Federal. Considerado pela Oposição na Casa como o primeiro grande avanço desta legislatura para restabelecer as relações entre os poderes, haja vista o passado recente de “decisões monocráticas” vindas do STF que impactaram muito na autonomia do poder executivo, então comandado pelo ex-presidente Bolsonaro. O país nunca precisou tanto de segurança jurídica e principalmente equilíbrio entre os três Poderes da república.





TRABALHISTA

Após denúncia da oposição, governo cancela portaria desastrosa que impedia trabalho aos domingos e feriados neste final do ano

Em mais um recuo, Ministério do Trabalho cancela medida que ameaçaria milhares de empregos nos setores de comércio e serviços

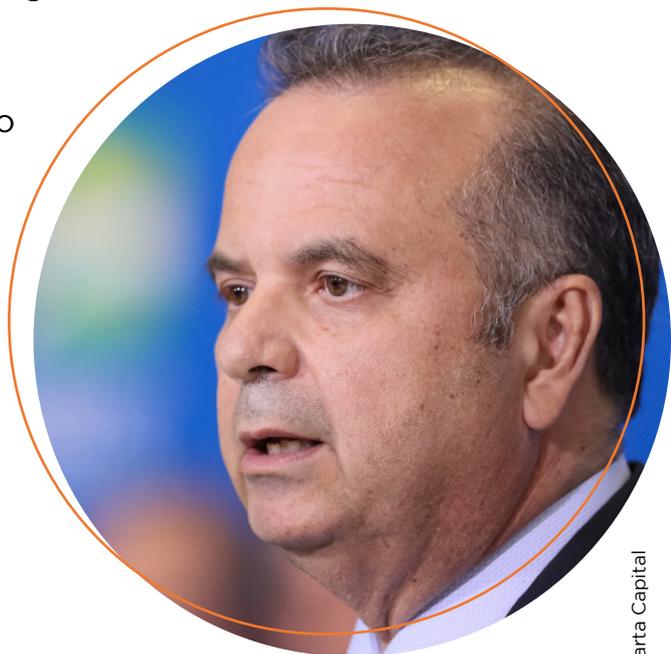
O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciou a revogação da portaria nº 3.665/23, que sustou a autorização permanente para abertura de estabelecimentos com o uso de mão de obra aos domingos e feriados, concedida durante a gestão do presidente Jair Bolsonaro.



O anúncio foi feito durante uma coletiva de imprensa na sede do Ministério do Trabalho, em Brasília, momento em que o Ministro informou que vai lançar nova portaria com ajustes, porém com vigência a partir de 1º de março de 2024.

A revogação ocorreu após dura pressão do Congresso Nacional que aprovou, em regime de urgência na Câmara dos Deputados, projeto de decreto legislativo PDL nº 405/23 que permite a utilização de mão de obra aos domingos e feriados, independente de acordo coletivo de trabalho. No Senado Federal, o líder da Oposição, **Rogério Marinho (PL-RN)**, apresentou projeto de lei nº 5516/2023, para estabelecer clareza e segurança jurídica na legislação acerca do tema.

A revogação da portaria claramente demonstra o recuo do governo federal diante de duras críticas apresentadas pela oposição. O Governo Petista, que se diz pró-trabalhador, reforça a autonomia das entidades sindicais que, com a mudança, voltariam a ser os intermediários das negociações, sabotando a economia e promovendo o retrocesso, além de deixar de beneficiar os trabalhadores por meio de distribuição de renda, e apresentando insensibilidade junto ao setor comercial.



Isac Nóbrega/Carta Capital

EV AIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

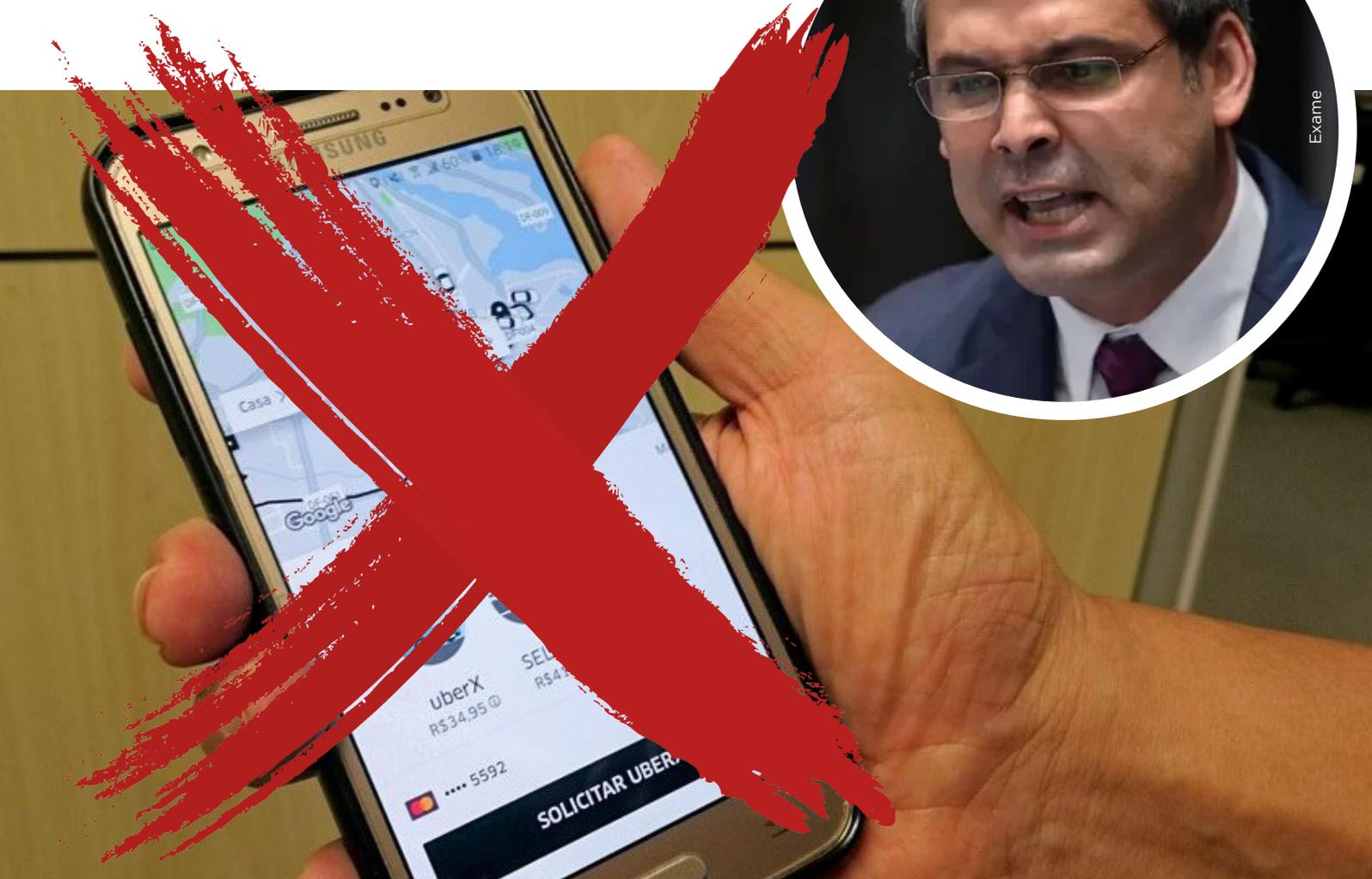
Em nova tentativa de interferir no trabalho de motoristas de aplicativo, projeto do PT inviabiliza Uber e 99 em pequenos municípios

Proposta torna modalidade de trabalho inviável na maioria dos municípios do Brasil

Após a pretensão do Governo Lula de regulamentação do trabalho por aplicativos de mobilidade urbana, inclusive mediante criação de grupo de trabalho para elaboração de proposta para ato normativo, do qual não surgiu qualquer resultado, o petista deputado federal Lindbergh Farias (PT/RJ), apresentou Projeto de Lei n.º 5283/23 na Câmara dos Deputados, no qual pretende regulamentar os ganhos de motoristas e aplicativos de transporte.



Exame





Segundo texto apresentado, as empresas privadas que administram as plataformas de aplicativos de mobilidade urbana, chamadas de OTTCs, como Uber e 99, deverão remunerar motoristas cadastrados em suas plataformas com o valor mínimo por corrida de R\$11,50, sendo a tarifa básica inicial de R\$4,00 com acréscimos de R\$1,93 por quilômetro rodado; R\$0,17 por minuto rodado; e R\$0,35 por minuto parado. Considerando corrida mínima aquela com deslocamento máximo de três quilômetros e duração de até dez minutos.

O projeto de lei em tramitação, caso aprovado, **poderá impactar na mobilidade de pequenas cidades, isto porque a tarifa mínima estaria aumentada em quase 50% da atual**, o que, conseqüentemente, reduziria o número de usuários dos aplicativos de mobilidade urbana, impactando na distribuição de renda dos profissionais autônomos, e ainda correndo sérios riscos das grandes empresas se retirarem das pequenas cidades.

EVAIR | DEPUTADO FEDERAL
DE MELO | VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

3 POLÍTICA

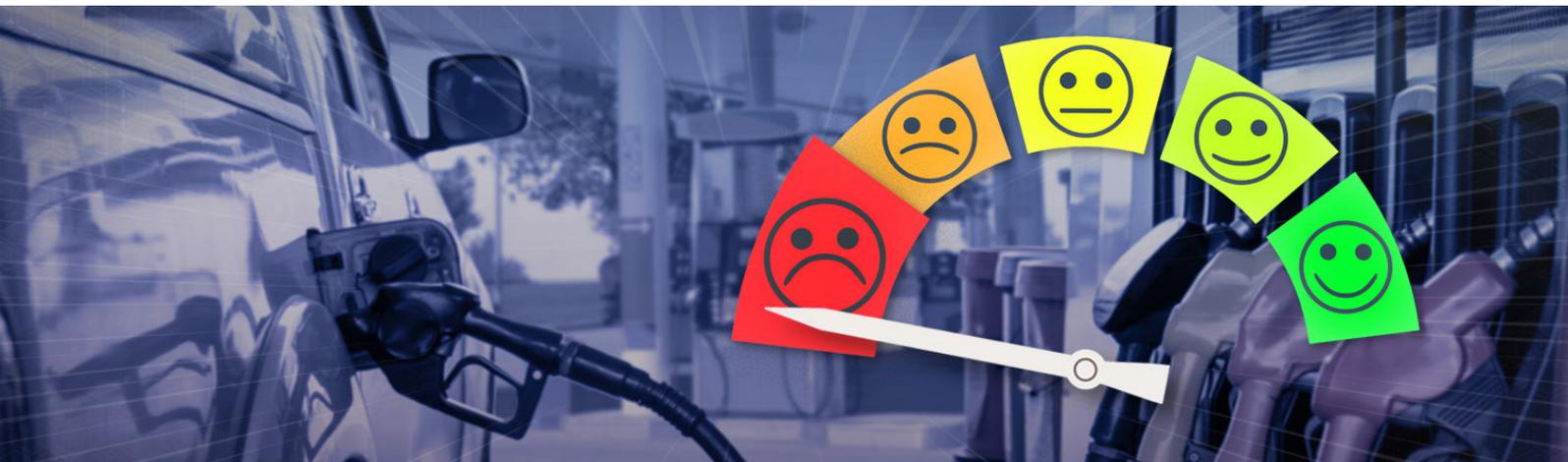
Parece mentira, mas não é: Lula concede anistia a fraudadores de bombas de combustíveis

Postos terão prazo de 5 anos para trocar bombas reprovadas, período em que ficarão sem qualquer tipo de fiscalização

No dia 10 de novembro de 2023, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), publicou a [Portaria N° 516](#), prolongando o prazo em 5 anos para os fraudadores trocarem suas bombas de combustíveis.

Os postos de combustíveis que possuem bombas medidoras de combustíveis líquidos autuadas por reprovação ou fraude deverão substituir por bombas aprovadas apenas a partir do dia 15 de março de 2028. Em outras palavras, o governo permitirá que fiquem em pleno funcionamento aquelas que simplesmente roubam dinheiro do bolso do brasileiro.

Para piorar, o governo ainda afrouxou a fiscalização. O governo permitirá que as novas bombas ou que ainda não foram verificadas possam ser submetidas a **verificação inicial** também até o dia 15 de março de 2028. Assim sendo, as bombas de combustíveis poderão passar por 5 anos sem passar por fiscalização alguma por parte do INMETRO.

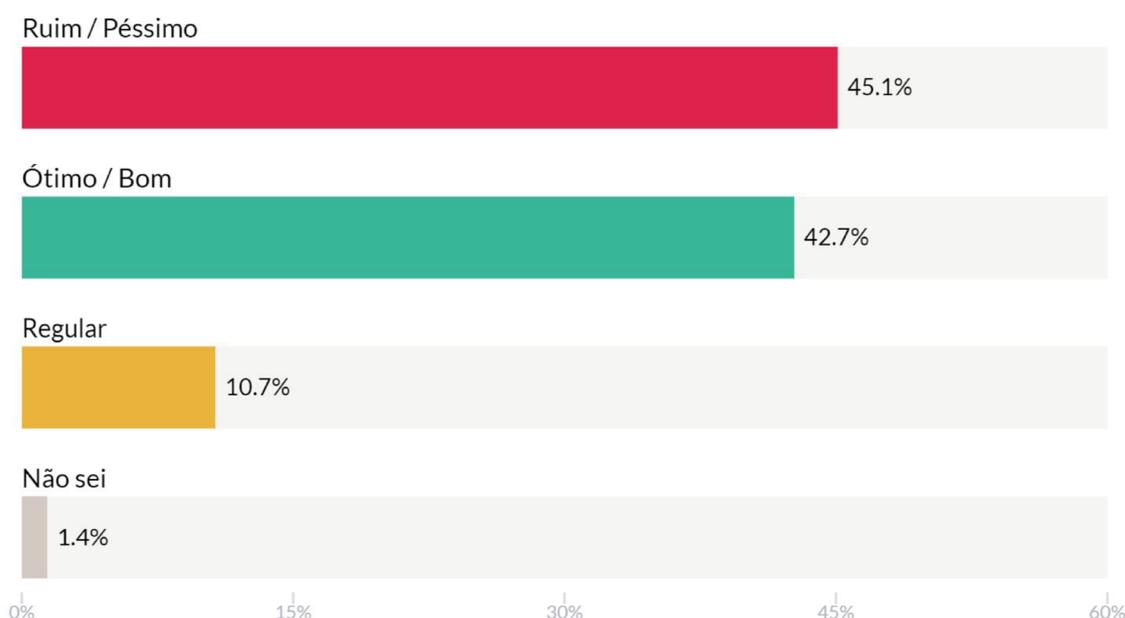




Lula 3 consegue uma 'façanha': ser mais rejeitado do que aprovado ainda no 1º ano de governo

- A última pesquisa Atlas de Aprovação Presidencial mostrou uma reversão da imagem do governo no final do primeiro ano de mandato.
- Dentre as perguntas feitas, está a avaliação do governo, que resultou em mais avaliações negativas do que positivas, como mostra o gráfico abaixo:

Como você avalia o governo do presidente Lula?



Fonte: Atlas Intel

- Dentre os grupos etários com maiores rejeições, destacam-se os jovens de 25-34 e os adultos de 35-59 anos.
- Por nível educacional, há maior rejeição entre as pessoas com Ensino Superior (48,2%) ou Médio (45,6%).
- Para as regiões do país, o Sudeste teve 48,5% de respostas “ruim/péssimo”, enquanto Sul computou 51,6% e Centro-Oeste 53,5%. A região Nordeste teve mais resultados “ótimo/bom” e o Norte registrou respostas empatadas.
- Destaca-se que entre os que votaram em Branco no segundo turno, as avaliações de “ruim/péssimo” foram de 57,4%, mostrando a insatisfação da população que não optou por nenhum dos candidatos do segundo turno.
- Outro eixo de pesquisa foram os principais problemas do Brasil. Para os brasileiros pesquisados, a “Criminalidade e o Tráfico de Drogas” são os maiores problemas, com 60,8% de concordância. Corrupção vem logo em seguida, com 50,2% das respostas.
- Destacamos a importância que os jovens de 16-24 anos deram ao desemprego como um dos principais problemas do país (42,8%). Isso reflete a quantidade de jovens desempregados, enquanto o governo é incapaz de criar políticas de inclusão produtiva.
- **Nas comparações com o governo anterior**, uma maior parcela de pesquisados afirmou considerar **o governo atual pior** nas áreas de Segurança Pública, Combate à Corrupção, Responsabilidade Fiscal e Política Industrial e Energética.
- Dentre as explicações pode estar o fato de que o governo Lula 3 é o que [menos consegue aprovar projetos](#) entre os presidentes, o que mostra a paralisia que parece tomar as diversas pastas da Esplanada. Além, é claro, do tratamento secundário que alguns temas vêm recebendo do Governo Federal.





EDUCAÇÃO

Sem apresentar nenhum plano estruturante para a Educação, Lula prepara cheque sem fundos para criar novo benefício em ano eleitoral

Presidente tenta autorização, sem dizer de onde sairá o dinheiro, para criar nova bolsa, agora para alunos do Ensino Médio; medida pode levar o país a um endividamento recorde

- Governo Lula [articula manobra](#) para pagar bolsa a alunos de ensino médio fora do arcabouço fiscal - antes mesmo do primeiro ano de vigência da regra.



- O programa foi proposto inicialmente como um “jabuti” na Lei Paulo Gustavo, mas acabou sendo retirado durante a tramitação. Na última semana, no entanto, o [PLP 243/2023](#), que permite a retirada do programa do arcabouço, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos.
- Deixa-se claro que o **Projeto de Lei em questão dá uma autorização sem limites de gasto**, ficando o governo livre para ultrapassar o teto no financiamento do programa.
- O governo já arca com um déficit de R\$ -177,4 bilhões este ano (1,7% do PIB), necessitando de um contingenciamento de R\$5 bilhões. [Pelos cenários da IFI](#), o ano que vem terminará com déficit entre 0,9% e 1,5% do PIB.
- Apesar de o programa não ter sido detalhado, estima-se que o programa pode custar entre R\$4 e R\$10 bilhões, a depender da focalização e do valor do pagamento.
- Uma das críticas ao programa é justamente o cheque em branco que se deseja obter para a política. Pede-se um espaço fiscal antes mesmo de se detalhar os objetivos, metas, alcance e população afetada pela política.
- Além disso, o programa seria instituído em meio às eleições municipais, sem previsão de ser estendido para outros anos. Teme-se, com isso, que um projeto meritório possa ter fundo eleitoral, além de fragilizar as contas públicas.





MEIO AMBIENTE

Farra com dinheiro público: governo Lula vai bancar 400 assessores na COP-28, em Dubai

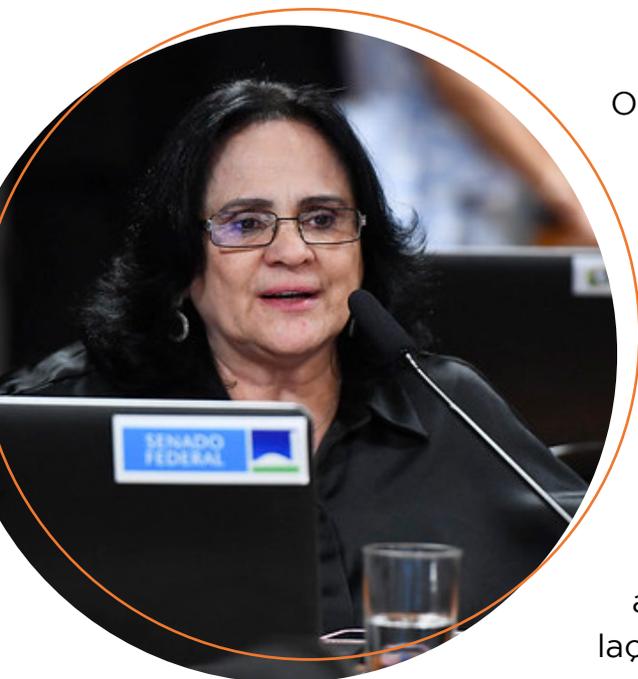
Comitiva recorde terá, ainda, lista VIP com 2.000 convidados

A COP-28 ocorrerá de 30 de novembro a 12 de dezembro, em Dubai, Emirados Árabes Unidos. Para tanto, conforme [reportagem da CNN](#), o Brasil enviará 2.400 pessoas para participar do evento. Desse total, cerca de 400 pessoas são representantes do governo federal que integrarão a Comitiva.

É importante considerar que a participação do Brasil em conferências internacionais sobre mudanças climáticas é uma oportunidade para discutir e apresentar iniciativas que possam contribuir para a proteção do meio ambiente e o enfrentamento das questões climáticas globais. Contudo, é preocupante a relação dos gastos públicos com o número considerável de funcionários públicos participando da COP-28, em Dubai.



Ricardo Stuckert/PR



O tamanho da delegação, a participação das ONGs e os gastos públicos envolvidos, principalmente em um contexto em que o país enfrenta desafios internos e questões orçamentárias foi tema de [debate](#) e cobrança por parte da **senadora Damares Alves (Republicanos/DF)**, na CPI das ONGs.

Existe a necessidade moral e ética de garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e transparente, priorizando áreas que tragam benefícios concretos para a população. A presença de uma grande delegação levanta questionamentos sobre a efetividade e a necessidade de tantos representantes, especialmente considerando os custos envolvidos com deslocamento, hospedagem e outros gastos associados a essas viagens.

É essencial que haja transparência por parte do governo na prestação de contas e na justificativa do número de participantes, explicando como essa representação extensa impactará positivamente as metas e compromissos do país em relação ao combate às mudanças climáticas.

Além disso, por se tratar de Dubai, pode-se suscitar indagações sobre a motivação por trás da extensa delegação. A atratividade turística de Dubai pode ter influenciado a quantidade de pessoas interessadas em participar. A cidade é reconhecida internacionalmente como um destino de luxo e oferece diversas comodidades, o que pode ter despertado o interesse de muitos “companheiros” em participar da conferência, não apenas pelo escopo do evento, mas também pelas possíveis vantagens pessoais que uma viagem a um local tão requisitado poderia oferecer.

Segundo apuração da [Folha](#), vão ao menos 12 ministros: Cida Gonçalves (Mulheres), Marina Silva (Meio Ambiente), Mauro Vieira (Relações Exteriores), Fernando Haddad (Fazenda), Alexandre Silveira (Minas e Energia), Rui Costa (Casa Civil), Sônia Guajajara (Povos Indígenas), Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar), Jader Filho (Cidades) e Celso Sabino (Turismo). Quantos desses possuem de fato atribuições relacionadas com o tema de **mudanças climáticas**?